



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
ANO III · No. 21 · 1ª QUINZENA DE OUTUBRO DE 1991 · Cr\$ 150,00

A proposta da reforma constitucional ("emenda") está encalhada no Congresso, porque a crescente divisão interburguesa impede sua aprovação. O entendimento nacional não avança, porque não consegue conciliar os mais distintos interesses das frações burguesas. Cada setor

procura condicionar a seu modo a proporção e o ritmo das reformas desnacionalizantes. A ausência de unidade burguesa frente às pressões da crise mundial e à ofensiva recolonizadora das metrópoles tem levado o governo à desagregação.

Abaixo o governo pró-imperialista de Collor ! Abaixo o "emenda" e o entendimento nacional !

A suspensão do leilão da Usiminas mostrou o elevado grau da divisão interburguesa e toda a impotência do governo. Estão colocadas as condições para impedir o processo de desnacionalização através da ação de massas. O setor nacionalista burguês mostra-se impotente diante da enorme pressão externa. Serão as ocupações com resistência que poderão impedir as privatizações.



Abaixo as desestatizações ! Ocupar a Usiminas !

As dezenas de greves de setembro, muitas delas de categoria e nacionais, iniciaram a retomada do ascenso grevista. Esteve colocada objetivamente a convocação de uma greve geral no país, que somente não se concretizou devido ao bloqueio das direções reformistas. A enorme divisão interburguesa abre caminho para as massas golpearem o governo que descarrega a ofensiva capitalista sobre as massas. E preciso impulsionar a luta pelas reivindicações elementares e colocar a luta antiimperialista no centro da situação política.

**Preparar a Greve Geral
por Tempo Indeterminado**

A Marcha a Ré do Entendimento Nacional

Collor, ao lançar o Emendão, anunciou que sem o Entendimento Nacional o país mergulharia numa crise sem precedentes. O PSDB propôs um governo de coalizão.

O PMDB se dispôs a colaborar sobre a base de alguns pontos programáticos. O PFL reivindicou reforma ministerial. O PDT condicionou o Entendimento à mudança da política neoliberal. O PT apenas formalmente rejeitou o entendimento, com o argumento de que serviria para anular o parlamento frente ao executivo. No fundamental há um acordo entre os partidos quanto ao fato da falência do governo e da necessidade de sustentar a sua governabilidade. Caso contrário, poderia se abrir uma crise revolucionária no país.

Entretanto, rapidamente as articulações pró-entendimento se desfizeram. Collor afirma que já não se interessa por ele. E os partidos (PMDB, PSDB) reconhecem sua impossibilidade. Ocorre que para o governo o entendimento significava aprovar o Emendão a partir de negociações dos interesses mais distintos das frações burguesas. Para os partidos, tratava-se de disputar o comando do Estado ou de impôr indiretamente suas condições, como no caso do PMDB.

A impossibilidade de se chegar a uma base comum em torno do Emendão e a indisposição de Collor em compartilhar o governo arrebentaram o pacto interburguês. O fracasso das negociações expôs a profunda divisão da burguesia ao redor da política pró-imperialista. Todos os grandes partidos estão de acordo em

submeter mais ainda a economia ao imperialismo como algo inevitável. Porém, cada um condiciona a seu modo a proporção e o ritmo das reformas desnacionalizantes. A desagregação do governo tem raízes justamente na ausência de unidade burguesa perante às pressões da crise mundial e à correspondente ofensiva recolonizadora das metrópoles.

Enquanto para Collor a via é aplicar drasticamente as medidas recessivas ditadas pelo FMI, para os partidos democratizantes a quebradeira deveria ser amenizada e, se possível, reanimar a produção. Há temor de que a crise dê lugar à explosão social. Descarregar profundamente a decomposição capitalista sobre as massas implica em reforçar o caráter ditatorial do governo e avançar para sua fascistização (reprimir violentamente as lutas).

O fundamental é que a ruptura do Entendimento servirá de base para uma futura retomada, pois a tendência conciliadora dos partidos de oposição burguesa (também do reformismo pequeno-burguês petista) os coloca como sustentáculo da governabilidade pró-imperialista. E principalmente pelo fato da crise do regime político abrir caminho para ação revolucionária do proletariado, que a partir das greves econômicas caminha por se chocar diretamente contra o governo reacionário. Avançar nas reivindicações elementares e colocar a luta antiimperialista no centro da situação política é a condição para o proletariado ganhar independência e golpear os movimentos da burguesia para a unidade antipopular e antinacional.

O PT Frente ao Fracasso do Entendimento

O encontro de Lula (PT) e Tasso Jereissati (PSDB) logo após o fracasso do Entendimento é esclarecedor quanto à posição da liderança petista frente à crise do governo. Lula rebateu a idéia de conversar com Collor, porém defendeu a estratégia do Entendimento: "Vamos reunir a sociedade civil para conseguir o entendimento que o Presidente Collor é incapaz de conseguir, porque não tem credibilidade" (O Globo, 25.09). Esta posição conduz o PT a propor um pacto político-programático a partidos, sindicatos, empresários, Igreja, etc. para resolver a crise.

A tática petista é a de armar uma coligação partidária policlassista (burguesia e proletariado no mesmo campo) que imponha a Collor as condições para exercer a governabilidade. Um entendimento desta natureza é claramente burguês. Pressupõe a unidade dos sindicatos operários com setores do capital e seus partidos. Em nada muda o caráter de classe desse Entendimento da "sociedade civil" pelo simples fato de não contar com a presença do governo, tão defendida por Jereissati.

Este tipo de negociação entre PT e PSDB denuncia a dependência do reformismo pequeno-burguês tanto perante a solução pró-capitalista da crise de regime quanto à política dos partidos democratizantes burgueses. As discussões de Lula com o PSDB são típicas das negociações feitas às costas dos assalariados, que necessitam ganhar independência de classe, enquanto suas direções trabalham por arrastá-los para a conciliação com os inimigos.

O Programa do PDT para Salvar o Entendimento

O líder do PDT na Câmara dos Deputados, Vivaldo Barbosa, propõe dez pontos para restabelecer o Entendimento Nacional. Considerando que Collor fracassou na sua política neoliberal (entenda-se pró-imperialista), defende uma linha intermediária de conciliação com o grande capital internacional e de apoio a determinados interesses da burguesia nacional. Não rechaçou as privatizações. Admite que estas estão colocadas, porém que o Congresso fixe parâmetros de democratização da propriedade estatal. Coloca-se a favor do "aprofundamento da abertura da economia à chamada competição internacional" (Diário Popular 22.09).

Estes dois pontos por si só, que pretendem ser alternativos à falência do neoliberalismo, comprovam a falência do nacionalismo burguês. Ao se colocar pela privatização e abertura da economia para o imperialismo, mediante alguns reparos nacionais-democráticos, o PDT se submete à pressão recolonizadora do imperialismo. Mostra-se distante sequer do nacionalismo burguês radical, razão pela qual não pode chamar as massas a se levantarem contra o neoliberalismo de Collor, e se alinha ao Entendimento Nacional.

COLLOR NA ONU IMPERIALISTA

Em seu discurso na Assembléia da ONU, feito no último dia 23.09, Collor se concentrou em 2 pontos.

Primeiro, fez questão de reafirmar seu compromisso e sua submissão ao imperialismo. Garantiu a disposição do governo em implementar um "economia de mercado" no país, de acordo com os princípios do "neoliberalismo". Mostrou seus objetivos de abertura (e entrega) da economia nacional ao capital externo. Procurou alinhar-se totalmente ao imperialismo, como por exemplo, ao apoiar a proposta americana de suprimir a caracterização de sionismo como uma forma de racismo.

Ao mesmo tempo, chamou a atenção dos países desenvolvidos para as desigualdades econômicas crescentes a nível mundial. E que sua "perpetuação colocará em risco a boa convivência", ou seja, a chamada "paz mundial".

Reivindicou, assim, um melhor tratamento para com as dívidas externas dos países atrasados, condição sem a qual não será possível a estes aplicarem as receitas "neoliberais" (imperialistas): "a permanência do problema agudo da dívida externa que drena os capitais escassos dos países em desenvolvimento, os entraves arbitrários à transferência de tecnologia e o desrespeito às regras de mercado, na forma de políticas protecionistas mantidas, sobretudo, pelas nações mais industrializadas" são, segundo Collor, os obstáculos mais duros à superação do crescente desequilíbrio no desenvolvimento econômico mundial.

Em outras palavras, Collor se dispõe a aplicar as receitas do imperialismo, mas reivindica um melhor tratamento para a dívida externa e a redução do protecionismo dos países imperialistas em relação a seus próprios mer-

cados, para facilitar a exportação de produtos brasileiros.

O Brasil tem encontrado dificuldades nas negociações com os credores externos para reescalonar US\$ 52 bilhões de dívida com os bancos privados. Estes exigem taxas de juros mais altas que as oferecidas e garantias para o pagamento de parte dos juros da dívida, as quais custariam cerca de US\$ 1,130 bilhões a serem adquiridos através de empréstimos junto ao FMI e Banco Mundial, e mais a entrega das reservas cambiais brasileiras (US\$ 8 bilhões).

Em reunião com o presidente norte-americano George Bush, Collor pediu a este que interceda junto aos credores, tanto privados como oficiais.

O governo pró-imperialista em crise se apóia cada vez mais no imperialismo para destruir as forças produtivas do país.

CONTRA A CORRUPÇÃO, LEVANTAR OS TRIBUNAIS POPULARES

O país está atolado na lama da corrupção, escândalos e falcatruas. Em um ano e meio de governo Collor já veio a público um número incalculável de escândalos e immoralidades como: as contratações sem licitações de empreiteiras, compra sem licitações de cestas-básicas pela LBA, cobrança de comissões na contratação de obras públicas, liberação de importação na Zona franca para o favorecimento de apadrinhados, o refinanciamento da dívida de 517 bilhões dos usineiros a prazo de 15 anos, compra de 8,4 mil toneladas de feijão a preços superfaturados, o "es-

cândalo do café" beneficiando parentes da ex-ministra da economia, o rombo da Previdência, etc. O mesmo acontece no interior dos governos estaduais. Não é por acaso que o nome de Quéricia, Fleury e outros governadores estão presentes todos os dias nos jornais em denúncias de favorecimento e enriquecimento rápidos.

A corrupção não é um fenômeno que surge agora. Ela sempre foi parte do regime capitalista, que desenvolve o parasitismo, e por isso sempre esteve presente na classe dominante, nos seus partidos e governos. A única novidade é que agora se es-

cancara à luz do dia, evidenciando toda a podridão de um regime econômico que se esgota juntamente com suas instituições e a classe que o sustenta. A própria exposição do lamaçal é fruto da aguda luta interna à burguesia.

A resposta dos reformistas e dos partidos "progressistas" (PSDB, PDT, PCB) têm sido correr atrás das CPIs contra a corrupção, formadas no Parlamento com a participação dos deputados, para simplesmente denunciar as falcatruas. O deputado do PT José Dirceu, frente aos 28 processos de corrupção do governo Collor, defendeu a

instalação de mais uma CPI para enquadrar o presidente no "crime de responsabilidade". Esta é a prova mais contundente de que nenhum reformista ou nacionalista será capaz de julgar e executar os culpados da corrupção.

Somente as massas oprimidas, através de seus tribunais populares serão capazes de punir os verdadeiros responsáveis pelo roubo. Tomemos em nossas mãos a tarefa de construir os tribunais populares para julgar e sentenciar todos os casos de corrupção. As massas mobilizadas saberão executar as sentenças.

**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO
E A DITADURA DO PROLETARIADO**

CAIXA POSTAL No 01171 · CEP 01057 · SÃO PAULO · SP

O que está por trás da suspensão do leilão da Usiminas

Vítima da enorme divisão interburguesa, o leilão da Usiminas acabou sendo suspenso.

O governo pretendia transformar o leilão da Usiminas em carta de apresentação para o programa de privatizações. Isto seria conseguido com a venda dessa estatal, que é a 2a. maior fundição da América Latina, e altamente produtiva.

Seu valor real beira os US\$ 10 bilhões, mas o governo fixou para leilão o mínimo de US\$ 1.5 bilhão. Mais de 70% de suas ações poderiam ser adquiridas com títulos da dívida externa, que valem menos de 30% do seu custo nominal. Quer dizer que a estatal seria entregue quase de graça ao capital estrangeiro, que poderia ficar com cerca de 90% das ações a "preço de banana".

Setores da oligarquia mineira, que mantêm privilégios ligados à estatal, levantaram-se contra a privatização. Através

de medidas judiciais, procuraram impedir a venda. Nos dias que antecederam o leilão, o Procurador Geral da República denunciou a ilegalidade da utilização dos títulos da dívida externa para pagamento, pois violava a lei 8031 aprovada pelo Congresso, que não permitia o uso desses títulos na compra de estatais. Chegou a ameaçar de prisão o presidente do BNDES, encarregado da privatização, Eduardo Modiano. Diante da enorme divisão interburguesa e da batalha judicial, Collor decidiu suspender o leilão.

Entretanto, o governo imediatamente resolveu o impasse jurídico, o que demonstra que a via burguesa de defesa da estatal é impotente.

Para quebrar a ofensiva de Collor, somente um movimento antiimperialista de massa, que tenha o proletariado como direção.

Chamar a luta nacional contra a privatização

A suspensão da privatização da Usiminas foi provisória. Embora a burguesia esteja dividida em relação à venda dessa estatal, Collor garante que realizará o leilão. O ministro Jarbas Passarinho ofereceu a Brizola a ajuda da Polícia Federal para garantir a sua realização, sem que haja nenhum tipo de protesto como houve dia 24.

A burguesia nacional, mesmo aquela que depende das estatais, mostra-se incapaz de opor-se conseqüentemente ao imperialismo para impedir as privatizações. A via institucional (processos, pressão parlamentar) não será capaz de impedir a desestatização.

A luta em defesa do estatismo passa necessariamente pela mobilização das massas contra a privatização. É preciso utilizar os métodos de luta do proletariado para barrar a entrega ao imperialismo. Quer dizer que os trabalhadores precisam ocupar as estatais, resistir à repressão que certamente virá do governo pró-imperialista e lutar pelo controle operário das estatais.

A Privatização no Mundo

A desestatização é uma tendência mundial do imperialismo. Iniciou-se em grande escala em fins da década de 70 na Inglaterra. Lá foram privatizadas mais de 50 estatais a um valor que atingiu US\$ 60 bilhões. A regra foi sempre beneficiar o capital privado. Por exemplo, a British Telecom, vendida em 84, teve lucro de 3.9 bilhões de libras em 86. A British Airways, antes de ser privatizada, foi reestruturada para aumentar seus lucros (através inclusive da demissão de 20 mil trabalhadores). A Sealine, que faturava 265 milhões de libras foi comprada por apenas 66 milhões de libras.

As privatizações também ocorreram em grande escala em Portugal, Espanha e França. Em geral, as empresas que foram privatizadas reduziram o número de funcionários (demissões), elevaram seus preços e aumentaram o ritmo de trabalho (exploração), obtendo significativos aumentos de produtividade.

No México, foram privatizadas 800 empresas, ao valor irrisório total de US\$ 2 bilhões. Para se ter uma idéia, só o Banco Nacional do México, privatizado em 87, teve US\$ 40 milhões de lucro no mesmo ano. A Cia. Mineira de Cananea foi vendida ao grupo Protexa

por US\$ 910 milhões, pagos com títulos da dívida externa que só custaram US\$ 450 milhões. O Chile privatizou cerca de 300 empresas. A Argentina tem uma lista de 20.

Em quase todos os países, a privatização foi antecedida de mobilizações contrárias às vendas. Os governos tiveram que derrotá-las para impor a entrega ao capital.

O imperialismo planeja a desestatização como válvula de escape à crise mundial. O que pretende é reconcentrar o capital nas mãos dos grandes grupos financeiros e aumentar a superexploração sobre os operários (chamada de maior "produtividade").

É isso que pretende também no Leste Europeu. Só na Tchecoslováquia foram privatizados mais de 100 mil bens estatais. Na antiga Alemanha Oriental foram mais de 4.000 empresas.

A luta contra as privatizações é uma luta contra a opressão nacional, contra as demissões e contra a superexploração. Por isso tem o caráter antiimperialista, antiburguês e anticapitalista. Assim a defesa do estatismo às últimas conseqüências só pode ser dirigida pelo proletariado, com seus métodos de luta, e leva inevitavelmente à luta contra o capitalismo.

O Imperialismo exige o fim do monopólio

O Ministério da Infraestrutura já entregou a Collor uma proposta para acabar com o monopólio estatal do petróleo. O monopólio seria passado da Petrobrás para a União, e então o presidente poderia autorizar a iniciativa privada a atuar no setor petrolífero. Essa proposta foi incluída no Emendão, porque depende de mudança na Constituição.

O imperialismo pressiona Collor para que este entregue o controle da extração do petróleo, que é um dos ramos fundamentais da economia do país. Pretende que grupos como Texaco, Shell, Exxon, etc assumam o seu controle, o que implicará num aumento da opressão nacional (dependência) e social (aumento nos preços dos combustíveis, enfraquecimento dos petroleiros através da divisão, possibilitando aumentar a exploração, etc).

A burguesia nacional, ao admitir o fim do monopólio e a privatização da Petrobrás, mostra sua submissão ao imperialismo e sua incapacidade para resistir ao aumento da opressão nacional. Sem dúvida, haverá muitos choques entre os exploradores, mas assim como no caso da Usiminas o setor nacionalista acabará cedendo, já que é incapaz de chamar as massas para ganhar as ruas em defesa do estatismo. O proletariado poderá se aproveitar da divisão interburguesa para colocar-se à frente da luta antiimperialista.

CRESCEM AS GREVES:**QUEBRAR O ISOLAMENTO, IMPOR A UNIDADE**

O mês de setembro registou a volta do crescimento da luta grevista. Greves nacionais como a dos petroleiros, gasistas, bancários, e de categorias como professores, portuários, funcionários públicos (Santos), libeiros, ferroviários da FEPASA, aeroportuários, professores da EPM, e de empresas (VOLKS, FORD, MWM, SADIA, STAY (costureiras) e muitas outras) configuraram uma greve geral parcial no país. Muitas dessas greves tiveram como característica a combatividade e radicalidade (longa duração, contrárias às decisões judiciais, utilização dos métodos de ocupação). Algumas delas saíram contra a vontade das direções (p.ex. professores-SP), o que mostra que são produto de uma tendência de luta presente nas massas. De fato, só não aconteceu uma greve geral no país pela ausência de iniciativa e disposição da direção da CUT nesse sentido. O IV CONCUT se realizou em meio ao ascenso grevista e foi incapaz de aprovar medidas de unidade da luta.

A principal reivindicação tem sido a reposição salarial.

Quer dizer que existem condições para levantar um movimento nacional para golpear o Estado burguês, que centraliza o ataque contra as condições de vida das massas. Ou seja, organizar a Greve Geral por tempo indeterminado.

Entretanto, as direções sindicais têm sido um freio ao confronto de classe. Daí a necessidade de convocação das assembleias de base e da formação dos comandos unitários (Intercategorias), eleitos nas assembleias para colocar a organização da luta nas mãos dos trabalhadores.

As campanhas salariais que ocorrerão entre novembro e dezembro podem se constituir num importante passo nessa direção. Devem ser orientadas desde o início para a realização da greve, organizadas com assembleias sistêmicas e dirigidas por comandos eleitos nas mesmas. Sua unificação é condição para ganhar a força necessária para impor as reivindicações.

Queda Salarial e miséria das massas

Em análise feita pelo DIEESE e o SEADE, constatou-se que o nível de miséria das massas assalariadas tem crescido verticalmente, na região da Grande São Paulo, em função da queda dos salários. Somente no mês de agosto de 91, o salário caiu 19% com relação ao mesmo mês em 85. A faixa assalariada que recebia até Cr\$ 65 mil em 85, passou de 25% para 41,3% em 91.

Partindo desta análise, a perspectiva colocada para o milhão de desempregados de São Paulo é a pior possível, considerando que o crescimento do nível de emprego no último mês foi de 0,9% e o comércio está desaquecido, em vista da grande perda do poder aquisitivo da população e, conseqüentemente, parte do setor produtivo está paralisado.

Este quadro não é de uma situação isolada. É reflexo de uma crise de regime internacional, onde a política entreguista e pró-imperialista do governo Collor tende a aprofundar cada vez mais a miséria das massas.

A retomada do movimento grevista e a radicalização das lutas é a resposta das massas. Porém, há um obstáculo político a vencer, ou seja, a divisão das forças operárias, mantidas pela burocracia sindical. A defesa da unidade nacional dos trabalhadores contra a miséria, o governo entreguista e o imperialismo é básica.

Despenca produção agrícola no Brasil

Assistimos na safra de 1990 a uma queda violenta na produção de grãos. De 71,7 milhões de toneladas produzidas em 1989, baixou para 56,7 milhões. A previsão para este ano é de nova queda (51 milhões). Houve significativa redução na área de cultivo de cereais e oleaginosos (diminuição de 2,6 milhões de toneladas). Este retrocesso na economia agrícola ocorre quando a população do país saltou de 138 milhões para 150 milhões. Eis porque o Brasil passou a importar milhões de toneladas de alimentos e o custo da cesta básica se elevou a cifras insuportáveis. O consumo de feijão caiu em 11,9% e o do arroz em 1,9%, sendo que a população cresceu 2,01%.

As camadas mais exploradas recebem todo peso contudente da crise capitalista. A queda agrícola é consequência direta da política recessiva e pró-imperialista do governo Collor. Os grandes proprietários se protegem com a alta produtividade e elevação dos preços, enquanto os pequenos e médios produtores tendem à falência. Por essa via, o governo

reacionário fortalece o poder dos latifundiários e as travas ao desenvolvimento das forças produtivas.

Depois de dar um golpe fulminante na produção de 1990, Collor lançou o discurso demagógico de transformar o Brasil em "celeiro do mundo", através do "choque de alimentação". De fato, o Brasil tem tudo para ser um celeiro, porém jamais poderá sê-lo enquanto país capitalista atrasado (semi-colonial), submetido ao domínio do imperialismo.

O atraso industrial, o parasitismo do capital financeiro e a estrutura latifundiária são obstáculos a um salto qualitativo nas forças produtivas. Enquanto o Estado permanecer nas mãos da burguesia oligárquica e pró-imperialista esta estrutura permanecerá intacta. O Brasil se tornará o celeiro do mundo e as massas serão arrancadas da miséria com a revolução proletária e implantação do governo operário e camponês, que imporá a independência nacional e a transformação da propriedade capitalista em socialista.

A Crise no Governo Erundina

A prefeita do PT, Erundina, esteve perto de ter as contas do município reprovadas pela Câmara Municipal. O TCM rejeitou as contas de 1990 e a Comissão da Câmara aprovou o parecer do TCM. Se o relatório não fosse reprovado por 36 votos da Câmara, estaria colocado o fim da carreira política de Erundina e o PT sofreria um profundo golpe. Empenharam-se para isso os vereadores mais corruptos, como Jamil Achôa, Antonio Sampaio, etc.

Repentinamente, o TCM, que só serviu para acobertar a corrupção da máquina administrativa, resolveu não aprovar as contas de Erundina. Esta exceção é fruto do choque aberto pela ascensão do PT numa das unidades estatais-chaves do país e faz parte da luta em torno do próximo pleito eleitoral (1992).

A prefeita e o PT, para escaparem a esta ofensiva, foram obrigados a recorrer ao apoio de importantes figuras do

PSDB (José Serra), do PMDB (secretário da educação de Fleury, Fernando Moraes) e inclusive contar com a defesa do ex-secretário da Segurança Pública de Quêrcia, Antonio Cláudio Mariz de Oliveira, responsável pela repressão à Vila Socialista.

Não faltou ainda a presença dos empresários Emerson Kapaz, Bresser Pereira e outros figurões da burguesia.

Ao mesmo tempo, a CUT mobilizou toda a cúpula sindical para dar o tom do "apoio" operário e popular. Esta frente ampla acabou por quebrar a manobra do TCM e de parte dos vereadores do PMDB, PTB, PDS, etc.

As massas populares, de quem o PT tanto fala, simplesmente estiveram alheias ao embate ocorrido no interior das instituições do Estado. A razão está em que o conflito de Erundina com o TCM não escapa à luta intestina em torno da política burguesa.

A T-POR frente ao conflito As massas é que devem julgar

As massas elegeram Erundina na esperança de ter uma administração municipal voltada aos problemas dos oprimidos. Em pouco tempo, viram que se tratava de um governo populista, cuja marca é a demagogia esquerdizante eleitoral. Finalmente, do apoio à greve geral de 89, passou a reprimir os movimentos sociais. Quanto mais assumiu a função de administrar a crise capitalista, embora no âmbito municipal, mais se integrou na política do Estado burguês. É graças à sua proposta de governo de coalizão com o PSDB, PMDB, PDT, etc que Erundina pode evitar a derrota na Câmara Municipal em torno da reprovação de suas contas.

Por mais que esteja claro que o ataque de Jamil Achôa e seus asseclas é típico da reação, o fato não deixa de se caracterizar como luta no âmbito da política burguesa. O contrário seria se o governo de Erundina estivesse sendo golpeado por estar mobilizando os explorados contra os capitalistas e o governo Collor.

Os próprios trabalhadores se voltariam contra a agressão. Os revolucionários não apoiam um governo pró-burguês, porém devem se colocar ao lado das massas se estiverem defendendo a luta direta, facilitada por um governo que se diz popular, sem deixar de apontar seus limites e criticá-lo abertamente.

Nada disso se passa com Erundina que, por uma política de gestão populista-demagógica, está em contradição com as aspirações dos assalariados e com o desenvolvimento da luta de classes. Apoiá-la neste choque aparelhista é se responsabilizar pela gestão pró-burguesa e pela disputa eleitoralista.

Porém, ao mesmo tempo levantamos, a bandeira de quem pode julgar e punir o governo de Erundina são as massas reunidas em assembleias e jurisdicções populares. A CUT, ao invés de se arrastar por detrás de Erundina, deveria ter defendido o Tribunal Popular.

O Manifesto de Lula

Há uma ala da Articulação empenhada em impor modificações a fundo no PT a partir do I Congresso, a ser realizado em novembro. Lula encabeça essa ala. O sentido básico das modificações tem duas direções complementares: 1) acabar com as tendências internas do PT, dissolvendo ou expulsando-as. 2) Definir inconfundivelmente o PT como um partido social-democrata e adaptá-lo integralmente aos objetivos eleitorais. Estes dois pontos estão contidos no Manifesto que Lula lançará no Congresso.

A eliminação das tendências será o ponto alto da luta interna no PT. Esta exigência concentra todo o problema da política eleitoral da Articulação. O PT para se implantar no poder do Estado depende de alianças com os partidos burgueses democratizantes e as correntes centro-esquerdistas são um obstáculo nesse sentido.

Desde o V Encontro (1987), o PT estabeleceu a estratégia de governo democrático e popular, portanto de conteúdo reformista burguês, e a tática de aliança com PMDB, PSDB, PDT, etc. Hoje, se avalia um grande erro o PT não ter feito alianças eleitorais já no 1.º turno das eleições para governador (1990). Em São Paulo, haveria de ter composto com Mário Covas (PSDB). Nesse mesmo sentido, Lula considera um grande mal a influência das tendências que levaram o PT a se posicionar pelo voto nulo no 2.º turno, embora sem fazer campanha pública.

A ala de Lula quer pôr fim às contradições internas para o PT poder desembaraçadamente fazer parte da política burguesa. Lula encabeça a ala direitista do PT.

A CONVERGÊNCIA NA MIRA

Depois dos choques do IV CONCURT, acirrou-se a luta interna do PT. Sobre a CS pesa a ameaça de exclusão do partido, embora os morenistas tenham feito de tudo para se adaptar às exigências da Articulação. O que mais tem pesado para a campanha anti-Convergência não foi tanto as divergências de princípios e sim o fato da CS, com sua política economicista, ter ganho terreno no aparelho sindical. Tornou-se inadmissível para a Articulação a perda de influência no movimento sindical a favor da CS e de outras correntes (CUT pela base).

Este deslocamento de força tem feito ressaltar algumas diferenças táticas. O eleitoralismo da Articulação se apoia inteiramente na tática de aliança com os partidos burgueses, o que se contrapõe inclusive ao sindicalismo combativo. O eleitoralismo da Convergência procura se apoiar na luta economicista e no

aparelho sindical. Assim a CS tem crescido, diferenciando-se da Articulação.

Entretanto, estrategicamente a linha do governo democrático e popular da Articulação (também da CUT pela Base, O Trabalho, VS) se confunde com a do governo dos trabalhadores da CS. Eis a razão porque em nenhum momento a expulsão da CS se colocou do ponto de vista de divergências de estratégia. E não poderia ser, pois a CS não defende programaticamente a revolução e ditadura proletárias, que de fato estão em contradição com a linha do reformismo.

O imediatismo do choque e os êxitos sindicais da CS impedem a militância de enxergar as raízes da crise interna do PT, da qual a CS faz parte e pela qual é responsável. E não conseguem ver a mistificação da bandeira da CS de defender o PT das origens, que nunca deixou de ser democratizante.

REPRESSÃO:**Democracia burguesa permite que as famílias chorem seus mortos, mas não pune os assassinos**

No final de 1990, foram descobertas valas comuns no cemitério de Perus, contendo restos das vítimas da repressão em São Paulo, ocorrida durante a ditadura militar.

Instaurou-se uma CPI para apurar as responsabilidades. Algumas destas descobertas foram, no mínimo, estereótipos: o cemitério de Perus foi construído no governo de Paulo Maluf, para ocultar os crimes da ditadura militar e, depois, as valas foram ocultadas por um bosque de 150m². O hospital psiquiátrico do Juqueri serviu, na década de 70, de centro de tortura de presos políticos, onde se usava uma droga (escopolamina), que provocava na vítima a sensação de morte iminente (síndrome do pânico). Os corpos das vítimas eram usados para experiências e depois enterrados no cemitério do hospital.

A partir dessas investigações, chegou-se à descoberta de vários cemitérios clandestinos espalhados por todo o país (p.ex: Ximboa em Tocantins, Salvador, Recife) e mais recentemente, no Rio de Janeiro. Uma parte da ossada não pôde ser encontrada porque os corpos de militantes foram explodidos com dinamite na pedreira de Santo Amaro, em São Paulo.

Convocado para depor na CPI, Paulo Maluf sequer respondeu à intimação. O diretor do Juqueri na época, Luis Gonzaga Ferraz Jr., alegou desconhecer o conteúdo dos ofícios que assinou. Romeu Tuma, diretor do DOPS paulista, levou para Brasília os documentos onde constam quem foram e como foram mortos os militantes políticos, para evitar a identificação dos mesmos. Erasmo Dias disse, recentemente, a Jamil Murad (PCdoB) que contrabandeou

armas para matar comunistas e disse ainda que matou e mata qualquer comunista porque "almoçava comunista todo dia", no período em que foi diretor do DOPS.

Até o momento, já foram identificados 340 corpos e nenhum torturador foi preso ou afastado de suas funções nos governos federal e estadual, o que prova que a justiça burguesa jamais punirá os responsáveis e que as CPI's são uma farsa, não atingem em nada aqueles que já foram e, a qualquer momento, poderão voltar a ser senhores da morte de milhares de brasileiros que se opõem ao regime apodrecido.

Portanto, cabe a formação de tribunais populares para que tais crimes sejam punidos, o terror e a impunidade sejam definitivamente expurgados, destruindo o aparelho militar policial.

**Pinochet :
Carrasco Irônico**

Atendendo a uma petição da Igreja, a justiça chilena autorizou a exumação dos cadáveres das vítimas da repressão da ditadura Pinochet, iniciada em setembro de 73. Nos primeiros 6 meses de ditadura, estima-se que 130 presos políticos, militantes de esquerda opositores ao regime, tenham sido mortos. Uma das ossadas já foi identificada como sendo a do fundador do MIR (Movimento de Esquerda Revolucionária) Juan Bautista van Schouwen.

Indagado a respeito do cemitério clandestino, Augusto Pinochet reagiu classificando as entidades de direitos humanos de "buscadores de cadáveres" e declarou que achava "econômica" a medida de se enterrar 2 ou 3 cadáveres por vala.

O cinismo e a tranquilidade de Pinochet diante das acusações demonstram que a impunidade continua sendo a moeda mestra da política democrática burguesa que permite, depois de 20 anos, um representante fiel como Pinochet das exigências do capitalismo decadente, permaneça livre defendendo o terrorismo de Estado.

**AUMENTO DA POBREZA
NOS EUA**

Segundo estudos da Northeastern University, o nível de pobreza das famílias norte-americanas aumentou para 20% na década de 80. Aponta-se como principal fator para o empobrecimento a queda da produtividade que ocasiona a perda do controle de custos e conseqüente baixa dos salários, devendo-se isso à competição estrangeira no setor de produção.

O setor de serviços é o mais afetado relativo ao rebaixamento dos salários: 80% dos empregados ganham salário mínimo. Aumenta também o desemprego e o subemprego e na mesma proporção diminuem os benefícios sociais. A casa própria também passa a ser um sonho para os norte-americanos, assim como a instrução universitária.

Os analistas econômicos prevêem que a fase recessiva dos EUA deverá perdurar por toda década de 90. Esses dados revelam a crise estrutural do imperialismo americano. Ao contrário do que os burgueses tentam mostrar, o capitalismo está agonizante. Em razão disso, intensifica a opressão sobre os países atrasados, mutilando os assalariados, destruindo forças produtivas e impondo a abertura de mercados, inclusive no Leste Europeu, como tentativa de solucionar a crise. Este é um regime apodrecido que as massas têm de destruir a nível mundial, para que seja possível desenvolver as forças produtivas, antes que sejam esmagadas. O proletariado norte-americano terá de se levantar contra a burguesia imperialista e projetar a unidade internacional anti-capitalista das massas proletárias.

**Para expulsar o imperialismo e acabar com a opressão nacional.
Pôr em pé a Frente Revolucionária Antiimperialista**

RIO MARIA:**Agrava-se o conflito agrário**

O relatório do Comitê Rio Maria demonstra o agravamento do conflito agrário, tendo como principais características as dezenas de prisões de líderes dos sem-terra e a impunidade dos assassinos de líderes rurais. Estima-se que 2.364 famílias estejam sob ameaça de despejo judicial ou extra-judicial.

Os assassinos presos ou fogem da cadeia ou são libertados por decurso de prazo da prisão preventiva, o que prova que a justiça burguesa compactua com as arbitrariedades e, portanto, nada se pode esperar das instituições capitalistas.

Desta forma, cabe à CUT, aos sindicatos e aos comitês forjarem a unidade operária e camponesa, desenvolvendo a ação direta das massas. Haja vista os casos da Vila Socialista, dos sem-teto e sem-terra do Paraná, dos conflitos rurais na Bahia e o aumento do número de sem-tetos em todas as grandes capitais. Sem unidade na luta não há como brechar os assassinatos, os despejos violentos, as prisões, os processos políticos, que objetivam bloquear o avanço da luta de classes e as conquistas dos explorados.

A Repressão Aos Sem-terra Da Bahia

O governo da Bahia criou a delegacia rural que tem por finalidade acompanhar os conflitos de terra na região. Segundo o Secretário da Segurança Pública, Sérgio Habib, "a delegacia não será voltada para proteger latifundiários e sim para investigar e punir os responsáveis pelos crimes na zona rural" (Estadão 18.09.91).

Assim sendo, cabe questionar porque os 139 assassinatos ocorridos na Bahia por questões de terra, conforme apurado pela CPI, não estão sequer em vias de colocar na prisão os responsáveis.

A verdade é bem outra. A delegacia especial vem no sentido do Estado aperfeiçoar seus meios de repressão e controle policial dos movimentos agrários. Os latifundiários da região se sentirão ainda mais protegidos para praticar seus assassinatos.

Em resposta cabe aos trabalhadores reforçar a unidade da luta, formar os comitês de autodefesa e construir os tribunais populares para apurar e punir não só os assassinos, mas também os mandantes dos crimes.

Vila Socialista: A Luta Continua !

Em 25.09 houve uma manifestação em frente ao palácio dos Bandeirantes, exigindo mais alojamentos para os ex-moradores da Vila Socialista.

O governo Fleury vem enrolando há nove meses os moradores, deixando-os jogados nas escolas, em porões, garagens, etc, desde o conflito ocorrido em dezembro com a polícia.

Recentemente entregou construídos apenas 224 alojamentos, quando estavam cadastradas 450

famílias, isto é, deixou 226 famílias sem teto.

Na manifestação o governo recebeu uma comissão de moradores e impediu a entrada do vereador Manoel Boni, discriminando-o e mostrando que continua perseguindo-o politicamente.

Haverá uma nova audiência em outubro e os moradores já sabem que devem continuar lutando e resistindo!

A Luta dos Sem-teto no Paraná

Cerca de 3.000 pessoas, no último dia 07.09, invadiram áreas da região metropolitana de Curitiba em função do aumento do desemprego e rebaixamento dos salários. Uma parcela significativa dos sem-teto cansou de esperar a chamada da COHAB, que há 10 anos não constrói uma unidade sequer de moradia popular, refletindo assim, a falência do governo burguês e o esmagamento do nível de vida das massas assalariadas.

A maioria dos ocupantes está disposta ir à luta para recuperar minimamente as condições de vida, sob o regime econômico burguês apodrecido.

A ameaça constante de repressão policial, como tem feito o governador do Paraná, coloca para os trabalhadores organizar a autodefesa. Nenhum palmo de terra será conquistado se os oprimidos não aperfeiçoarem seus métodos próprios de luta. As direções do movimento popular, via de regra, colocam-se pelo pacifismo e fazem da ocupação um simples protesto, alimentando a ilusão nas bondades do parlamento. Isto coloca a necessidade de construir direções revolucionárias, que levem a fundo a luta anti-capitalista. Estas direções se desenvolverão construindo o partido operário revolucionário no interior dos movimentos.

Aristom III:**A luta contra os despejos**

A Associação do Aristom III terá que responder ao problema dos despejos que começam a acontecer no bairro. Em agosto, um senhor que morava há vinte anos numa casa foi despejado, apesar de ter adquirido o direito de usucapião. Recentemente, uma família foi despejada de um conjunto ocupado há vários anos, que pertencia a uma empreiteira que falhou.

Trata-se de organizar os

moradores para resistirem aos despejos e defenderem seu direito à moradia. A Vila Socialista mostrou que o caminho para as ocupações é esse!

É preciso convocar a assembléia de bairro para discutir esse e outros problemas (ônibus para o bairro, água, asfalto, etc), e incorporar à direção os moradores dispostos a travar a luta.

Em defesa das Ocupações

Todo apoio a luta dos sem teto e dos sem terra

Começou a Campanha Salarial dos Frios - SP:

Defender a Greve Geral Unificada

Começou a campanha salarial nos Frios-SP. A experiência da última campanha de emergência pelos 100% deve ser assimilada pelos trabalhadores. É preciso defender a formação do comando de mobilização, eleito em assembléia, para

organizar a luta. Desde o início, a campanha deve estar voltada para a greve geral da categoria. A pauta de reivindicação deve incluir as principais e reais reivindicações da categoria como o piso salarial de 180 mil, escala móvel de salário e a reposição de todas as perdas, a estabilidade no emprego, etc. Devemos chamar também a unificação com outras categorias. Não devemos

permitir que a diretoria faça uma campanha sem a participação das bases nas negociações e na direção da luta, e devemos exigir a

preparação da greve geral da categoria e não a "greve a qualquer momento", que significa na prática greve por fábrica.

Somente a greve geral poderá arrancar dos patrões as reivindicações da classe.

FRIOS:

Defender a autosustentação e a independência política

Na assembléia do dia 10 vai ser definida a pauta de reivindicações. Um dos seus pontos é a taxa assistencial que será descontada de todos os trabalhadores da categoria. No ano passado, o desconto foi de 7%. Defendemos que o sindicato deve ser sustentado pelos trabalhadores conscientes.

Mas a diretoria não conseguiu em 6 anos de mandato organizar o sindicato nas fábricas e construir um grande número de associados. Por isso fica dependendo da taxa assistencial e despreza a luta pela organização fabril.

Assim, os trabalhadores não devem ser onerados pela incapacidade da diretoria, nem por seus gastos elevados com o aparelhismo sindical. Por isso, defendemos uma taxa assistencial mínima de 3% (inferior a um dia de trabalho), devolução do imposto sindical e ampla campanha de sindicalização, para que no próximo ano seja abolida a taxa assistencial.

DENUNCIAR AS AGRESSÕES FÍSICAS E DEFENDER A DEMOCRACIA OPERÁRIA

A oposição defendida pela TPOR denunciou em seu boletim as agressões físicas ocorridas durante as eleições sindicais e defendeu a democracia operária.

O método de agredir a oposição para tentar impedir que expresse suas idéias, e caluniar ao invés de fazer a crítica política é próprio do totalitarismo sindical.

Causa Operária é um exemplo de como uma corrente que tem uma linha pequeno-burguesa, que implica na burocratização e aparelhamento do sindicato, corrompe os quadros operários. Ao manter uma relação de parasitismo em relação ao sindicato, abre caminho para que sua militância faça o mesmo. A consequência é a perda da independência política (através da perda da independência econômica).

Os militantes honestos do sindicato devem se organizar ao redor do programa classista da oposição para lutar contra a burocratização do sindicato e a construção de uma direção de luta, que só pode se basear na defesa da democracia operária e independência política.

UM ACORDO PARA RETALHAR OS TÊXTEIS

Em 17 de outubro, os empresários do setor têxtil firmaram acordo com o governo para reduzir de 12% a 25% os índices de aumento de preços a partir de outubro. Em troca, o governo aditaria para 94 a redução das alíquotas de importação para o setor. Estas seriam reduzidas de 40% para 20%. Se a redução fosse implementada ocorreria uma crise ainda maior no setor, pois com o maquinário obsoleto que a indústria têxtil nacional apresenta, o mercado seria dominado por produtos estrangeiros, que tem um custo menor, e isso geraria demissões em massa no setor.

Mas o acordo não traz vantagem alguma para os operários têxteis, pois esta redução dos índices vai sair de nossos bolsos como sempre, arrojando o salário, racionalizando a produção,

demitindo companheiros.

Por isso é preciso organizar-se para enfrentar mais este ataque patronal, e para isso preparar uma verdadeira campanha salarial, organizada a partir

das fábricas, que desemboque numa greve geral da categoria. Há que fazê-la mesmo que a direção traidora da categoria não a impulsione.

CONTRA AS DEMISSÕES NA ALPARGATAS

Sexta-feira dia 28 de setembro, 700 operários do setor de confecções da unidade 2 da São Paulo Alpargatas foram demitidos. Isto significou, como já vínhamos alertando há algum tempo, o fechamento da confecção.

Esta é somente a primeira etapa dos planos da direção da Alpargatas, que na verdade pretende desativar toda a produção da unidade, o que representaria a demissão de mais de 5.000 operários.

A única forma de reverter estas demissões e evitar as próximas é a ocupação da fábrica e a tomada do controle da produção. Além disso deveremos estar preparados para resistir a qualquer tentativa de desocupação.

CONTRA AS DEMISSÕES OCUPAR E RESISTIR!

Preparar a Greve Geral por Tempo Indeterminado

A Greve dos Professores e sua Direção Política

A greve dos professores foi decretada contra a vontade da diretoria da Apeoesp (Articulação), que fez de tudo para impedi-la. Esta atitude foi decisiva para manter a divisão entre a fração mais combativa e as camadas mais conservadoras. Pesou a autoridade da direção, porque reforçou com sua atitude antigrevista a vacilação da parcela mais renitente, desgastada com as inócuas paralisações de 1 dia, levadas a cabo pela política diversionista da Articulação.

A falta de empenho da direção em fazer uma campanha de massa refletiu tanto na atitude de uma parcela vacilante quanto naquela disposta a enfrentar o tremendo arrocho salarial. A camada mais conservadora não saiu em greve, a vacilante seguiu pouco a pouco aquela de linha de frente.

Uma posição firme da direção, que mostrasse disposição de unir todos na luta poderia reverter o quadro de divisão. Porém, a posição contrária inicial à greve repercutiu contra a unidade da classe. Dividido o movimento, a direção procurou que se esgotasse pelo retorno da parcela vacilante. Por isso, passou a lutar duramente contra as propostas ofensivas, como a de ocupação da Secretaria da Educação, que serviria de ponto de apoio ao chamamento da defesa da greve unitária e da radicalização contra o governo Fleury, que se manteve irreduzível frente ao quadro de divisão e de pacifismo liquidador do movimento.

Esta experiência marcará a fundo os docentes. O setor mais avançado terá de tirar as devidas conclusões da neces-

sidade de formar uma fração revolucionária no interior do movimento para construir uma direção classista e antiburocrática. Sem se armar de uma nova direção política, os professores não terão como se confrontar com o avanço

da opressão social, fruto da decomposição econômica capitalista. A tendência da Articulação é cada vez mais se burocratizar e se tornar um instrumento de conciliação com o poder do Estado.

Em defesa da ocupação da secretaria

O impasse em que se encontra a greve dos trabalhadores em educação é fruto da política corporativista da diretoria da Apeoesp e Afuse. Isolou o movimento não chamando a unidade com os outros setores também em greve, não procurou efetivar a unidade com o restante do funcionalismo, não apresentou propostas para o avanço político da classe (as assembleias serviam mais de ponto de encontro do que organização geral do movimento, as passeatas eram mais shows musicais do que manifestações de protestos) e em consequência rebateu violentamente a todas as propostas que colocavam a categoria no enfrentamento com o governo. O exemplo mais contundente foi a virulência da diretoria contra a proposta de ocupação da Secretaria da Educação e ao mesmo tempo substituí-la por um "abraço" ao prédio da Educação.

Por outro lado, o governo sai na ofensiva para quebrar o movimento. Não abriu negociação, manteve ir-

reduzível na sua proposta de uma referência ao mês e apresenta índices mentirosos de paralisação. Conta a seu favor a divisão imposta ao movimento pelas entidades da educação (COPP e UDEMO estão contra a greve). A intrasigência do governo é a prova de que irá descarregar a brutal crise financeira do estado de São Paulo sobre os ombros do funcionalismo.

Romper o impasse da greve significa combater a política das direções que levarão o movimento para a derrota. Não podemos desviar o eixo da luta. A greve é contra o governo, portanto, é com ele que temos que nos enfrentar. O que significa que nossas propostas terão que inevitavelmente conduzir a classe para a ofensiva. Há que barrar a ofensiva de Fleury com a ofensiva. Nesse sentido, a nossa assembleia deve aprovar a ocupação da Secretaria, para que o governo responda imediatamente às nossas reivindicações. Não podemos permitir que o governo quebre e desmoralize o movimento grevista.

A situação da Escola Pública e a posição revolucionária

No estado de São Paulo, o mais rico do país, das 6200 escolas públicas, somente 1928 mantêm o segundo grau e ainda sem funcionários, bibliotecas, laboratórios, professores, o que significa que um aluno pode concluir o terceiro colegial sem ter pisado num laboratório de física, química, ou mesmo sem frequentar uma sala de leitura e pesquisa. Acrescenta-se a essa situação as condições miseráveis da maioria da população, o que determina o crescimento do número de alunos que estuda no curso noturno. Somente na Grande SP, 74% dos alunos estudam à noite. Sabemos que após uma dura jornada de trabalho, os alunos não conseguem minimamente se manter acordados em sala de aula. As taxas de evasão e repetência nas primeiras séries do segundo grau é de 57%, isto é, mais da metade dos alunos que iniciam o curso.

Fleury propõe solucionar esse quadro através do Programa de Modernização do Ensino. Utiliza o termo modernização para reduzir o turno diário de aulas, ampliar os dias letivos, municipalizar o primeiro grau, estabelecer

convênios com as empresas privadas, etc. Isto é, pretende resolver as altas taxas de evasão e repetência com a criação de um curso noturno diferenciado para os estudantes-trabalhadores. O que por si só mostra a sua inviabilidade. A causa do problema dos estudantes (que frequentam o curso noturno), bem como do ensino, em geral, é o regime de exploração, que obriga, desde cedo, as crianças a trabalharem, a cursarem o período noturno, a abandonarem a escola, etc.

Portanto, não será a classe dominante, a que oprime a maioria da população, que eliminará os graves problemas da educação. Os problemas educacionais serão parte do programa de emancipação nacional. Uma escola voltada ao desenvolvimento das forças produtivas e com acesso a todos não será obra do capitalismo em decomposição e sim de uma nova sociedade. Desde já lutamos por essa nova escola. Este é o sentido da defesa das reivindicações democráticas como escola única, pública, gratuita e autônoma para a organização dos alunos, pais e trabalhadores da educação.

A Campanha Metalúrgica Mais uma vez a Greve Estratégica

Os dirigentes sindicais de São Bernardo, em reunião recente, expressaram a idéia de fazer greve por fábrica. Avaliaram que é mais vantajoso exigir equiparação salarial de uma fábrica para outra do que fechar um acordo de conjunto com a FIESP, que ofereceu apenas 25%. A princípio parece mais conveniente alcançar os acordos por fábrica, que chegam à casa dos 42% ou 48%. Porém, as perdas estão acima de 80%. Logo vemos que obter 48% significa repor um pouco mais da metade do valor arrancado pelos capitalistas. O que quer dizer que a tática da greve por fábrica pressupõe a aceitação de grandes perdas, porque não terão força para superar os 48% de uma ou outra grande montadora.

Então qual é o problema que está por trás da atitude dos dirigentes metalúrgicos em não pretenderem um acordo geral com a FIESP? Ocorre que o sindicato teria de se lançar a fundo por uma grande mobilização geral no ABC. Estaria obrigado a convocar assembléias massivas na Vila Euclides e preparar os operários para uma greve contundente. Mais do que isso, teria que se colocar por uma campanha unificada de inúmeros sindicatos operários. Somente assim, os metalúrgicos poderiam defender a reposição integral das perdas. Mas esta não é a visão da burocracia sindical, que funciona como freio ao desenvolvimento da luta operária (luta de classes).

O movimento da Maxion, Mercedes e Scania para que equiparem os salários com os da Autolatina (48,08% até outubro, mais reposição da inflação de novembro e dezembro) demonstra que os burocratas dividem o movimento operário em troca de migalhas, que certamente só serão doadas pelas multinacionais. Os metalúrgicos terão de abrir os olhos e exigirem a unidade grevista, única forma de impor vitórias.

Não às migalhas, recuperação integral das perdas! Esta deve ser a bandeira operária!

Onde está a unidade?

Em plenária estadual, realizada em São Bernardo, se aprovou a unificação das campanhas salariais de outubro e novembro. Porém, o que estamos vendo é o sindicato metalúrgico de São Bernardo praticando a chamada greve estratégica (por fábrica). Ou seja, obtém-se um acordo de reposição de metade das perdas e em seguida se exige a equiparação. E mesmo na greve fabril, para-se apenas setores que se alternam, como maneira de desorganizar a produção. Esse tipo de greve corporativista fragmenta as forças dos explorados. Tudo indica que as decisões da plenária estadual da CUT não serão obedecidas. Para se unificar de fato as campanhas, é necessário convocar as assembléias massivas, formar os comandos unificados eleitos diretamente pelas bases e decretar a greve conjunta, bem como manter a unidade até a conquista. Com a política burocrática de Vicentinho e companhia não haverá nenhuma real unificação.

Construção civil e Textéis

Os operários da construção civil são hoje brutalmente explorados. Seus salários chegam a Cr\$ 70 mil por mês. As condições de trabalho são as piores possíveis. Quando se trabalha em grandes construções correm sempre o perigo de acidentes, por falta de segurança.

Em fábricas, como na Alpargatas, setores de empreiteiras estão sendo contratadas para fazer o serviço mais geral, como limpeza, manutenção. Assim esses operários acabam tendo salários menores e são discriminados porque não têm registro nas empresas.

No setor têxtil os operários da construção civil devem-se unir aos operários têxteis para combater a exploração e exigir o fim da discriminação.

Telesp: Organizar a Greve!

A Assembléia de 25/09 deu abertura à campanha salarial dos trabalhadores da Telesp. Nenhuma categoria foi tão golpeada pelo arrocho como os telefônicos. As perdas são de 500%. Entretanto, a assembléia contou apenas com 100 presentes, sendo a maioria delegados sindicais encobertos pela burocracia pelega (pró-patronal). Isto se explica pela extensa desconfiança e grande despolitização das bases.

A quebra da greve no 1º semestre, quando estava no início e com toda a força, ainda repercute na consciência dos assalariados. Porém, essa situação tende a ser modificada, uma vez que as condições de vida chegam ao limite da suportabilidade. A burocracia, sabendo disso, transformou a assembléia em um plenário distraçionista de aprovação de 91 itens de reivindicação, sem contudo tirar nenhuma medida de ação.

A oposição, ainda incipiente, não pôde modificar o curso da assembléia constituída de burocratas. Todo problema, agora, reside em desenvolver uma grande campanha junto aos prédios pela organização da Greve, que tenha por base a reposição integral das perdas, o piso do DIEESE, a escala móvel dos salários, a estabilidade no emprego e em defesa do estatismo (contra a privatização das estatais).

FORD: CONTRA AS DEMISSÕES UNIFICAR OS OPERÁRIOS DA AUTO LATINA E OCUPAR A FÁBRICA

O fechamento da FORD Tratores, além de promover 1300 demissões dos operários da FORD, desencadeará demissões em massa noutros setores fabris como: borracha, vidro, etc. Segundo a imprensa burguesa, também está previsto o fechamento da FORD Motores.

E o que tem feito a burocracia sindical reformista do ABC?

Vem utilizando a tática do isolamento das lutas, para esconder sua política conciliadora com a burguesia.

Promoveu atividades limitadas só com os operários da FORD Tratores (atos, passeatas), alegando inclusive que eles não pertencem à Autolatina, para evitar a unidade dos operários do resto do grupo.

Agora propõe eleger uma comissão composta por Vicentinho, Djalma e um operário para viajar aos EUA e reivindicar que a FORD Automóveis absorva a mão de obra.

Com essa política do isolamento, além da FORD não absorver nenhum operário demitido vai continuar dispensando a mão de obra para atingir seu objetivo lucrativo.

Para barrar as demissões é preciso unificar o proletariado do Grupo Autolatina, impulsionar um forte movimento grevista com a ocupação das fábricas, garantindo assim a escala móvel de horas de trabalho. Caso persista a tática do isolamento pacifista, as demissões aumentarão e favorecerão os capitalistas.

O QUE É A PERESTROIKA ?

Em 1987, o lançamento da Perestroika por Gorbachov foi saudada como o grande acontecimento histórico destinado a superar o declínio da economia estatizada da União Soviética e de todo o Leste Europeu. O imperialismo, seguido dos reformistas, abriu uma grande campanha em defesa da implantação da economia de mercado e da democracia (eleições diretas), taxando o fim do comunismo. Quatro anos depois, o Leste Europeu se encontra mergulhado na mais profunda desorganização econômica, e a crise social se elevou a patamares catastróficos. Na Hungria, os milhares de pedintes sobrevivem à base de sopa dos pobres. A Polônia foi submetida a uma brutal recessão, que vem destruindo o parque industrial, enquanto prolifera a corrupção na alta esfera do governo de Walesa. A Tchecoslováquia está prestes a se romper em luta secessionista, ameaçando tornar-se uma outra Iugoslávia. Na Alemanha Oriental, cresce o desemprego desesperador e surge o fenômeno dos sem teto, típico do

capitalismo semi-colonial. Uma casta de comerciantes se aproveita da liberação dos preços para especular e se enriquecer às custas das massas.

Esses males se concentram na convulsiva Romênia. E a Rússia se ajoelha aos pés dos EUA e Europa, pedindo ajuda econômica para implantar as reformas pró-capitalistas.

A Perestroika se fundamenta na implantação da economia mista, no livre comércio, na criação dos mercados de trabalho e na formação de uma rica classe de proprietários (burguesia). Para isso, se volta contra as conquistas da Revolução Russa, que expropriou os meios de produção, estabeleceu o monopólio do comércio exterior, concentrou os ramos fundamentais da economia nas mãos do Estado e criou o planejamento centralizado. E deu um passo histórico extraordinário de unificação livre das nacionalidades.

A ascensão da ditadura estalinista e estruturação da burocracia totalitária degeneraram o Estado Operário, romperam com os fundamentos da

ditadura proletária e submeteram as forças produtivas às pressões da economia mundial burguesa. A casta burocrática e parasitária entrou em contradição com a necessidade de desenvolvimento das forças produtivas socialistas, impossível de ser realizada nos marcos puramente nacionais. A Perestroika é fruto do desenvolvimento final do estalinismo, que se constituiu no canal de restauração capitalista.

O impasse na desestatização está revelando que a reestruturação das relações capitalistas de produção depende de profundas quebras do sistema produtivo centralizado e ataque violento à vida das massas. Esta via está agudizando as contradições entre os dois sistemas e projetando a luta de classes. Delas se desenvolve o germe da revolução política.

O proletariado verá que a solução da crise não está na Perestroika pró-capitalista e sim na defesa da propriedade coletiva. E esta tarefa coloca a necessidade de construção do Partido da Revolução Mundial (IV Internacional).

A LIT (QI) PERANTE A CRISE RUSSA :

As conclusões do artigo "A Terceira Força da Revolução Russa"(21.04.91), publicado na revista Correio Internacional, espelham o revisionismo do trotskismo feito pela LIT (QI). Elas deformam na essência a estratégia da revolução política estabelecida no Programa de Transição. Ao analisar o desenvolvimento da crise do estalinismo, dos novos realinhamentos da burocracia e a intervenção das massas, desconhece a necessidade de se levantar a tarefa de construção do partido leninista-trotskyista como fator para vitória da revolução política. Por não se colocar nesta via, a primeira conclusão é a defesa da bandeira de "renúncia de Gorbachov e soviets supremo e convocação de eleições". É evidente que se trata do democratismo formal. Provavelmente, Gorbachov renunciaria e Yeltsin ganharia as eleições. Que outra hipótese poderia ser? Na Polônia se convocou as eleições para pôr no poder o pró-

capitalista Walesa. Esta é a linha pró-democracia burguesa de eleições presidenciais.

A eleição direta para todos os postos do estado é uma importante alavanca de luta contra o totalitarismo estalinista desde que seja a expressão da organização soviética, isto é, da democracia direta das massas. A defesa dos mecanismos da democracia operária não serve aos objetivos de remover Gorbachov e eleger um novo governo (frentista) que será da burocracia, mas sim para colocar a estratégia de derrubada revolucionária do estalinismo e restabelecimento da ditadura proletária. Este é o significado maior da revolução política, voltada a desenvolver o socialismo como parte da revolução mundial.

Não é por acaso que a terceira conclusão afirma: "Hoje só está ao nosso alcance exigir a demissão dos diretores e colocar as empresas e a produção sob a direção dos comitês operários(...)".

Os mineiros podem muito bem se expressar assim nesta estratégia de luta. Porém, a direção revolucionária não! O controle da produção só se imporá como resultado da luta pelo restabelecimento do Estado operário, ou seja, do governo revolucionário das massas, baseado na organização soviética. Toda ilusão nos processos da democracia formal golpeia o que há de progressivo na colocação dos mineiros.

Aqui chegamos ao último ponto básico. A LIT levanta como via de independência a idéia genérica de um partido dos trabalhadores, qualificado como partido operário democrático de massa. Esta previsão está de acordo com a concepção de defesa da democracia formal, este partido é de caráter eleitoral. Não responde à tarefa da revolução política e constituição da IV Internacional. A LIT não se coloca pelo partido leninista-trotskyista.

ROMÊNIA:**O GERME DA REVOLUÇÃO POLÍTICA**

A política pró-capitalista de Ion Iliescu provocou uma nova rebelião dos mineiros do Vale do Jiu. Oito mil sitiaram a capital, Bucareste, derrubaram o primeiro-ministro Peire Roman e só refluiram mediante a promessa de Iliescu de modificar a política econômica, congelar os preços e aumentar os salários. Em virtude do choque com o aparato militar, 50 mil mineiros entraram em greve na região de Jiu.

A vanguarda das mas-

sas romenas começou a compreender que as reformas voltadas a reestruturar o regime capitalista de exploração do trabalho trazem o desemprego, a miséria e o regime de ditadura burguesa. Entre as reivindicações, os mineiros exigiam a readmissão de 3 mil companheiros demitidos "por não se ajustar à disciplina de trabalho das empresas" (Estadão). Isto revela uma das faces da economia de mercado, ou seja, a demissão em massa dos trabalhadores rebeldes.

No fundo da tremenda crise social romena, está a recessão e a explosão inflacionária (custo de vida) impostas pela política antisocialista, sustentada pelo imperialismo. O governo vem derrubando a produção e liberando os preços como condição para desenvolver o plano de privatização, já estabelecido.

O levante dos mineiros colocou a contradição das massas com a estratégia pró-capitalista. Objetivamente expôs o método insurrecional

da revolução política. E levantou a necessidade premente da construção do partido revolucionário e da IV Internacional. Os germes da revolução política, manifestados no levante mineiro, só poderão se desenvolver com a construção da política revolucionária internacionalista.

Viva a revolta mineira contra a ditadura pró-capitalista!

Fora a intervenção imperialista no Zaire !

Em 22.09, na capital do Zaire, Kinshasa, militares locais iniciaram uma onda de saques em função do atraso no pagamento dos seus soldos. Apoiados por setores da população, o conflito de rua se estendeu a outras províncias, como Kinsangani, Kolwesi, Lubumbashi e Linkassi, e concluiu com 1450 pessoas feridas e 35 mortas, uma das quais um soldado francês.

Os conflitos sociais no Zaire vêm se acirrando em função da crise econômica que se agrava: estagnação da economia, inflação chegando a 500% ao ano, aumento da miséria e da fome das massas, corrupção deslavada no governo ditatorial de Mobutu Sesse Seko, que vem acumulando fortunas desde 1965, estimadas em US\$ 5 bilhões (US\$ 2 bilhões a menos que a dívida externa do país), etc.

Em 1978, a rebelião em Shaba também foi sufocada por tropas

imperialistas francesa e belga, ex-metrópole colonizadora. Com o agravamento da miséria das massas, o imperialismo belga, francês e americano, procurou esmagar o conflito antes que as massas zairenses derrubassem o governo burguês ditatorial. O imperialismo, para continuar dominando a semi-colônia do Zaire, não hesitou em utilizar a baioneta contra as massas.

Apesar de ter apoiado o governo fascista local, vem pressionando-o desde 90, para democratizar o regime, como uma nova forma de dominação capitalista, para tentar conter a crise.

A luta revolucionária da maioria oprimida passará pelo enfrentamento com o imperialismo. A emancipação nacional do Zaire dependerá da construção do partido operário revolucionário internacionalista.

O Iraque sofre nova ameaça do Imperialismo

O Iraque está sob nova ameaça de agressão militar dos EUA. 44 inspetores da Agência de Energia Atômica da ONU foram detidos por filmarem e fotografarem documentos secretos sobre o programa nuclear do país. O governo do Iraque exige a devolução do material.

Em represália, os EUA colocaram em alerta 60 aviões que poderão seguir para o Golfo Pérsico a qualquer momento e dois batalhões com baterias de mísseis Patriot seguiram para Arábia Saudita. Bush também defendeu a manutenção das sanções ao Iraque, para provocar a queda de Hussein.

Os EUA mantêm pressão no sentido da recolonização. E mostrou sua disposição de chegar ao conflito bélico se necessário.

Hussein já cedeu a que helicópteros da ONU fiscalizassem as bases iraquianas. E libertará os detidos da comissão se forem assinados recibos de que levarão documentos sobre as instalações nucleares iraquianas. Assim, mais uma vez o imperialismo levou a melhor. Hussein é incapaz de garantir a independência nacional. Essa tarefa cabe às massas árabes, que devem se levantar em armas contra o imperialismo e a burguesia incapaz.

Construir o Partido Operário Revolucionário**Pôr em pé a IV Internacional !**

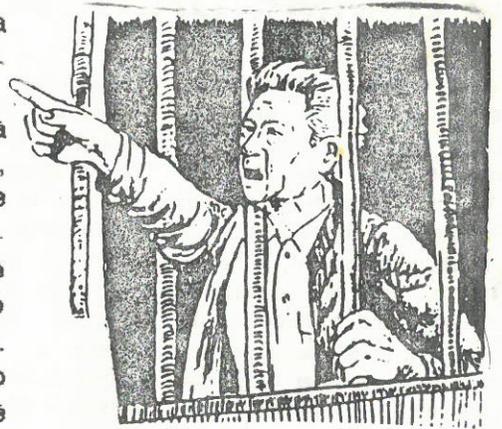
Contra a perseguição política a Guillermo Lora

No início de agosto, Guillermo Lora, dirigente do POR boliviano e importante teórico do marxismo, foi preso no cárcere São Pedro a mando do milionário Max Fernandez Rojas, empresário do ramo de cervejaria e conhecido narcotraficante. A acusação, acolhida por um juiz corrupto, foi a de que Lora havia lançado, em um programa de rádio, dúvidas sobre "a imensa fortuna que possui o chefe da Unidade Cívica Solidariedade" (Hoy, 7/08). Em nota à imprensa, desde o cárcere, Lora responde que sua prisão "é uma manifestação da luta de classes que se dá entre o proletariado, pelo POR, e a burguesia, desta vez, encarnada por Max Fernandez" (Presença, 07/08).

Dada a grande mobilização e indignação da opinião pública, inclusive de partidos burgueses, Lora foi libertado. Porém, os advogados do narcotraficante estão recorrendo à decisão para novamente encarcerar Lora. O Comitê de Defesa e Liberdade de Guillermo Lora chama a organizar

a luta contra a sanha patronal. Está colocada, em quanto perdurar a ameaça de prisão, a realização de uma campanha internacional de defesa do dirigente do POR.

Asseções do Comitê de Eniacé pela reconstrução da IV Internacional se colocam neste sentido, e chamam os sindicatos e correntes políticas democráticas e de esquerda a enviarem moções ao governo boliviano, ao parlamento e à justiça pelo fim da perseguição política.



Pelo Fim dos processos contra Boni e Romildo

É bem possível que em janeiro a justiça julgue definitivamente o processo contra Manoel Boni e Romildo Raposo, acusados de defenderem a ocupação de terras e lutarem ao lado dos sem teto da Vila Socialista. O movimento operário e popular e todas as correntes que se reivindicam dos

trabalhadores não podem se furtar a defender o fim dos processos e perseguições. Que se enviem moções ao governo e à justiça exigindo plena absolvição, pois não há o que julgar, a não ser a própria repressão policial sobre os movimentos.

SEM TERRA ESTUDANTIL

Começa caminhada de protesto dos Sem-terra

No último dia 3 de outubro, centenas de trabalhadores rurais sem-terra que estavam acampados no Mirante do Paranapanema percorreram os primeiros 35 quilômetros de uma caminhada de protesto para exigir terra.

Sua marcha pretende estender-se até Presidente Prudente, num total de 150 quilômetros. Nas cidades por onde passam, têm realizado atos públicos.

A luta dos sem-terra continua devido à sua disposição para resistir, apesar dos despejos. Os movimentos operário e popular devem apoiar a luta dos rurais e chamar à unidade na luta contra a ofensiva capitalista.

- Todo apoio à luta dos sem terra !
- Ocupar e resistir !
- Pela aliança operário e camponesa !

UNIP:

Alta Mensalidade, Baixo Salário

A Universidade Paulista está entre as escolas particulares que penaliza os estudantes e arrocha os professores. No ano passado, os alunos fizeram uma grande mobilização, chegando inclusive a ocupar as dependências da universidade. Embora tenham conseguido impor alguns limites na exploração, o abuso dos patrões do ensino não foi quebrado. Neste ano, os reajustes são mensais, enquanto os salários são reduzidos pela alta inflacionária.

Se com os estudantes a escola particular comparece como um feitor, com os professores ocorre o mesmo. Além de não repassar o valor do reajuste das mensalidades para os salários, reprime duramente as manifestações de descontentamento. A demissão tem sido a arma dos feitores da UNIP.

Esta realidade mostra como a empresa de ensino é um instrumento de opressão social e política e não de desenvolvimento da capacidade intelectual e cultural. O sistema privado escolar sustenta uma casta parasitária de feitores, originada das relações capitalistas de exploração.

O enfrentamento a essa situação passa por reerguer o movimento de 1990 e reestruturá-lo através da formação de centros acadêmicos independentes e de luta. A unidade entre estudantes e professores é necessária para quebrar a prepotência dos feitores da UNIP. Esta é a via de breçar a expulsão dos estudantes inadimplentes, impor o congelamento, iniciar a luta pelo ensino público e gratuito e elevar os salários dos mestres.